Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Focus vê IPCA perto do teto . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Indústria divulga manifesto pela Cide-Bets . . . 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Apostas e tributos: o risco de o Estado perder o próprio jogo (Artigo) . . . 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Mercado vê inflação perto do teto da meta no ano (Editorial) . . . 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Setores atingidos por taxas esperam a ampliação de lista de itens isentos . . . 7

O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS
ECONOMIA
Juro alto reduz PIB da construção deste ano . . . 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
CPI quer convocar parlamentares por ligação com investigados . . . 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Sistema de IBS e CBS vai permitir cálculo do PIB diariamente . . . 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Confiança do consumidor é a mais alta desde dezembro . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA
Aneel leiloa R$ 5,53 bi em novas linhas de transmissão no país . . . 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo avalia "abandonar" PL do tarifaço . . . 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Alteração no Simples pode ter impacto de R$22,7 bi em 2026 . . . 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
STF julga restrições à distribuição de lucro por inadimplente . . . 19

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bancos devem ter lucro de R$ 25,4 bi no 3º trimestre . . . 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Sinais de desinflação levam juro futuro à mínima em um ano . . . 23

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Governo muda estratégia para incluir receitas 26

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Taxa das blusinhas não gera emprego, onera pobres e reduz arrecadação de estados, diz estudo da LCA
. 27

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA
O planejamento patrimonial e o perigo da fake news tributária 29

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
O que são data centers, assunto que pode entrar na negociação entre Brasil e EUA 31

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
Pejotização acelerada no mercado de trabalho afeta Previdência Social (mercado de trabalho)
. 32

Focus vê IPCA perto do teto

» RAFAELA GONÇALVES

Analistas ouvidos pelo Banco Central reduziram de 4,70% para 4,56% a projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aproximando, pela primeira vez, o indicador do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano. A informação está no boletim semanal Focus, divulgado ontem pela instituição.

A meta é de 3%, mas permite uma margem de tolerância de até 4,5%. Ao longo do horizonte projetado, os números também apresentaram ligeiro recuo: para 2026, o IPCA passou de 4,27% para 4,20%; para 2027, de 3,83% para 3,82%; e para 2028, de 3,60% para 3,54%.

"O fato de a **inflação** caminhar para dentro do teto da meta reforça que o Banco Central está conseguindo controlar os preços, mesmo em um ambiente externo ainda incerto", afirmou Antonio Patrus, diretor da Bossa Invest. Segundo ele, as projeções atualizadas indicam um cenário mais equilibrado. "Isso transmite confiança ao investidor e reforça a credibilidade da política monetária brasileira".

Para Volnei Eyng, CEO da Mul-tiplike, diversos fatores explicam a revisão das projeções. Entre eles, estão o alinhamento nas conversas entre Brasil e EUA e a perspectiva de que o Banco Central americano (FED) reduza a taxa de juros em 0,25%, medida que deve repercutir no Brasil. "O único ponto de atenção no cenário atual é a seca, que tem afetado as reservas de água", acrescentou.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/28/all.pdf

Indústria divulga manifesto pela Cide-Bets

»ROSANA HESSEL

O setor produtivo apresenta, na manhã de hoje, durante o Fórum Nacional da Indústria (FNI), coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), um manifesto a favor do aumento da tributação sobre as apostas on-line, conhecidas como bets. No documento, denominado "Pela tributação das bets" a CNI e o FNI defendem a criação de um imposto seletivo para as bets com alíquota de

15%, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A ideia é que a Cide-Bets seja aplicada, no ato da aposta, sobre o valor apostado, "taxação semelhante à tributação sobre cigarros e bebidas alcoólicas, e, com isso, os recursos arrecadados financiem iniciativas em saúde e educação".

A Cide-Bets já estava prevista em uma emenda à Medida Provisória 1303/2025, proposta pela deputada Duda Salabert (PDT-MG). A MP perdeu a validade no início do mês, após derrota do governo em votação na Câmara dos Deputados e, agora, o governo tenta colocar as taxações previstas na MP em projetos que tramitam no Congresso, e, assim arrecadar até R$ 30 bilhões para equilibrar o Orçamento e se enquadrar nas metas previstas no arcabouço fiscal.

Pelos cálculos da CNI, se aprovada neste ano, a Cide-Bets tem potencial de arrecadação de R$ 8,5 bilhões ainda em 2026. E, em 2027, a medida seria substituída pelo imposto seletivo, criado pela **reforma tributária**. "Nosso objetivo é garantir equilíbrio e justiça tributária para quem investe no futuro do Brasil. Enquanto o setor produtivo enfrenta uma carga tributária elevada, o mercado de apostas digitais, que cresce em ritmo acelerado, paga muito menos **impostos** e ainda drena recursos da economia real" defendeu o presidente da CNI, Ricardo Alban, em nota da entidade.

O manifesto será lançado,

oficialmente, na sede da CNI, hoje, às 10h, durante reunião extraordinária do FNI. O evento contará com a participação de representantes de setores industriais e do Instituto Locomotiva, que vai apresentar um estudo sobre o setor das bets no Brasil.

De acordo com o levantamento encomendado pelo Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR) para a LCA Consultoria e o Instituto Locomotiva, pelo menos 34 milhões de brasileiros já apostaram em sites ou cassinos online formalizados ou ilegais. O setor deve movimentar, só em 2025, R$ 667 bilhões, sendo R$ 307 bilhões pelo mercado ilegal, segundo o estudo.

A pesquisa mostra que apostas têm contribuído para o aumento do endividamento das famílias: mais da metade dos apostadores (51%) afirmam ter usado dinheiro que poupavam para jogar e 59% dizem conhecer alguém endividado por conta das apostas.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/28/all.pdf

Apostas e tributos: o risco de o Estado perder o próprio jogo (Artigo)

VIVIAN MARIA CAXAMBU GRAMINHO

As apostas de quota fixa se tornaram um dos setores mais dinâmicos da economia digital.

O mercado global movimenta mais de US$ 100 bilhões e pode ultrapassar US$ 280 bilhões até 2035. No Brasil, a Lei 14.790/2023 acelerou o avanço do setor, que arrecadou R$ 3,8 bilhões aos cofres públicos no primeiro semestre deste ano.

Esses recursos têm impacto direto em políticas públicas como esporte, turismo, **seguridade social** e segurança.

Em 2025, R$ 2,1 bilhões das apostas foram repassados a essas áreas, fortalecendo programas sociais e beneficiando a população. O setor, portanto, já atua como aliado do Estado na melhoria de serviços públicos.

Menos de dois anos após a promulgação da lei, discute-se elevar alíquotas, criar novas contribuições e até cobrar retroativamente **tributos** de empresas que atuavam antes da regulamentação.

Tal movimento ameaça a confiança dos investidores e o potencial de arrecadação futura.

O aumento da tributação de 12% para 18%, somado à possível criação da CIDE- -Bets, coloca em risco a viabilidade de um setor ainda em consolidação. A proposta de cobrança retroativa, estimada em R$ 12 bilhões, é juridicamente indefensável e fere princípios constitucionais, agravando a insegurança regulatória.

Experiências de países como Holanda, Suécia e Alemanha mostram que políticas fiscais agressivas reduzem arrecadação e ampliam o mercado ilegal. No Reino Unido, 28% dos apostadores migrariam para plataformas não reguladas se os **impostos** subissem.

Com carga tributária efetiva próxima de 42%, o acréscimo de novos encargos pode inviabilizar negócios, empregos e patrocínios esportivos. Arrecadar melhor, e não mais, é o desafio.

O Brasil precisa escolher: consolidar um mercado regulado e competitivo ou repetir erros que fortalecem a ilegalidade.

O excesso de **tributos** pode fazer o Estado perder o próprio jogo.

VIVIAN MARIA CAXAMBU GRAMINHO, doutora em Direito pela UFRGS

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia

Mercado vê inflação perto do teto da meta no ano (Editorial)

O mercado reduziu de novo a previsão de **inflação** para este ano e o índice agora está mais próximo do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC), segundo o Boletim Fo-cus divulgado ontem. Conforme o relatório, o IP-

CA ao fim deste ano foi reduzido de 4,7% para 4,56% - 0,06 ponto porcentual acima do teto do alvo, de 4,5%.

Os economistas consultados pelo BC também cortaram suas projeções para os três próximos anos. Em 2026, o índice foi de 4,27% para 4,2%. Em 2027, a **inflação** oficial do País foi projetada em 3,82%, ante 3,83% da sondagem anterior. Já para 2028, a redução foi de 3,6% para 3,54%.

As previsões para a taxa básica de juros permaneceram iguais. De acordo com o Boletim Focus, a estimativa é de que a Selic fique em 15% neste ano e em 12,25% em 2026.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Setores atingidos por taxas esperam a ampliação de lista de itens isentos

Após a reunião entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos EUA, Donald Trump, na Malásia, no domingo, empresários disseram acreditar que haja um acordo bilateral "nas próximas semanas" não com a suspensão do tarifa-ço, mas com a ampliação da lista de exceções à taxa de 50% cobrada de produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos.

De acordo com pessoas próximas à negociação, a proposta do Brasil de exclusão de mais itens do tarifaço, como café, carnes, pescados e frutas, consta em documentos entregues à Casa Branca.

O café, que não é produzido nos Estados Unidos, estaria no topo desses itens. "A cada dólar que os EUA importam de café, a economia movimenta outros US$ 43. É um mercado de US$ 343 bilhões ao ano, que representa 1,2% do **PIB** americano", afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), Pavel Cardoso.

Outro importante setor exportador, o de carne, tem conseguido contornar as tarifas altas para o mercado americano

com vendas a outros países. Mesmo com uma queda de 41% de agosto para setembro nas vendas totais de carne e subprodutos bovinos para os EUA, o setor bateu recorde de exportações no último mês ao exportar US$ 1,92 bilhão, em setembro, aumento de 49% em faturamento e 17% em volume frente ao mesmo mês do ano passado.

Ainda assim, o segmento celebrou aproximação entre os governos do Brasil e dos EUA. Por meio de **comunicado**, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) destacou que o "entendimento entre os dois países pode preservar a competitividade do produto brasileiro e ampliar a presença da carne bovina nacional no mercado americano".

Já entre os produtores de pescados o alívio pode ser ainda maior, uma vez que o produto não tem a mesma flexibilidade de fornecimento para outras partes do mundo. "Foi dado um passo consistente", afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Eduardo Lobo.

Para o professor de Relações Internacionais da ESPM José Luiz Pimenta, a reunião de domingo marcou uma definição na relação bilateral. "O Brasil já apresentou o que deseja, que é a redução tarifária. Os Estados Unidos devem apresentar sua contraproposta."

No entanto, para o economista André Perfeito, uma resolução para o caso não é tão simples. "Trump não pode, mesmo que queira, aliviar muito as tarifas sobre o Brasil. O problema dos EUA são as transações correntes e esse tema não foi plenamente endereçado." CARLOS EDUARDO VALIM, ISADORA DUARTE e EDUARDO PUCCIONI

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Juro alto reduz PIB da construção deste ano

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) cortou ontem sua projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do setor neste ano de 2,3% para 1,3%. A nova estimativa aponta para uma desaceleração relevante do nível de negócios neste ano, visto que, em 2024, o **PIB** da construção aumentou 4,3%.

O juro alto é o grande vilão da cadeia produtiva ao inibir o desenvolvimento de novos projetos, as compras de materiais de construção e as contratações de trabalhadores. "Há um freio na construção civil em função da taxa de juros", afirmou o presidente da CBIC, Renato Correia, durante apresentação.

A elevação da Selic para o nível mais alto em quase duas décadas já tem causado estragos no setor. O **PIB** da construção teve quedas de 0,6% e 0,2% no primeiro e no segundo trimestres, respectivamente (quando comparados aos trimestres imediatamente anteriores). "É notório o efeito do juro sobre a redução da atividade", disse a economistachefe da CBIC, Ieda Vasconcelos.

Diante desse cenário, outras instituições já haviam reduzido suas estimativas de crescimento para o ano. Em agosto, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) reduziram a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) da construção no ano de 3% para 2,2%. Em setembro, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (A-bramat) reduziu a previsão de alta nas vendas do setor neste ano de 2,8% para 1,8%.

REVERSÃO. Apesar da desaceleração das atividades, a economista-chefe da CBIC disse que a construção civil não está caminhando para o fim de um ciclo de crescimento. Pelo contrário. Há vários motivos para acreditar em uma recuperação no próximo ano.

Ieda lembrou que houve recorde de lançamentos de empreendimentos residenciais nos últimos anos, o que está sendo convertido em obras. "O setor vai entregar muitas obras e iniciar outras. O nível de atividade ainda é elevado", disse. Há também obras de infraestrutura saindo do papel graças aos investimentos já contratados nos programas de concessões. Por fim, cada ano eleitoral costuma ter mais obras, movimentando a economia.

"Achamos que o **PIB** da construção em 2026 vai crescer mais do que neste ano", afirmou Correia. Para o ano que vem, a previsão é de que o setor se recupere, embalado pela expectativa de início do ciclo de corte da Selic e pelas medidas governamentais adotadas para estimular as atividades do setor. "Para o futuro, vemos algumas ações para corrigir isso (problemas causados pelos juros altos)", afirmou Correia.

O presidente da CBIC citou o recém-lançado programa de crédito para reforma de moradias, com R$ 40 bilhões de orçamento. "Os R$ 40 bilhões vão ajudar a recompor a demanda por materiais no varejo e ajudar a elevar o **PIB** da construção", disse Correia. Ele também citou o recém-lançado modelo de crédito imobiliário, com liberação de aproximadamente R$ 40 bilhões dos depósitos compulsórios da poupança para abastecer os financiamentos do setor. Correia mencionou ainda que há estudos em andamento para colocar mais recursos do FGTS para habitação de interesse social - dentro do Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

EMPREGOS. A construção civil atingiu a marca de 3,051 milhões de operários empregados com carteira de trabalho em agosto, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, e está perto de bater o recorde histórico, que foi registrado em outubro de 2013, quando eram 3,074 milhões.

Nos últimos 12 meses encerrados em agosto de 2025, o setor criou 89 mil novos empregos. Apesar de positivo, houve uma perda de fôlego no ritmo de contratações. O montante foi menor do que nos 12 meses anteriores a agosto de 2024, quando foram criadas 148,5 mil vagas. Essa desaceleração reflete o efeito do juro alto.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

CPI quer convocar parlamentares por ligação com investigados

GABRIEL SABOIA

Lula, do hoje ministro da Previdência, Wolney Queiroz, com investigados do escândalo do **INSS**. Na época, Wolney era secretário-executivo da pasta. Entre os presentes estavam o próprio Virgílio e o Careca do **INSS**.

-Tem uma pessoa que eu não consigo identificar como funcionário público. Esse rapaz aqui conhecido como Careca do **INSS**. Um ministro de Estado, com todo o staff, mas essa pessoa aqui, me causou uma certa surpresa. O senhor poderia me informar, e aqui não tem nada para lhe acusar, o senhor é parte de uma reunião do seu trabalho, o que essa figura impoluta está fazendo nessa reunião? - questionou.

Virgílio disse que não, por não ter sido ele a convidá-lo.

0relator da CPI do **INSS**, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), afirmou ontem que as investigações do colegiado irão fundamentar o pedido para a convocação de parlamentares. O deputado Euclydes Pettersen (PSD-MG) e o senador Weverton Rocha (PDT-MA) devem ser os primeiros, de acordo com Gaspar, que disse esperar que os dois não sejam "blindados".

Gaspar disse ainda que Pettersen deve ser convocado após o ex-diretor do **INSS** Alexandre Guimarães ter admitido, na sessão de ontem, que entrou no instituto após apresentar ao deputado mineiro o seu currículo. O ex-deputado André Moura também teria recebido o currículo e dado encaminhamento.

Weverton, por sua vez, já admitiu ter recebido Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, em sua casa. Antunes é apontado como operador central do esquema de descontos irregulares em aposentadorias e pensões e seria responsável por intermediar as relações entre as associações fraudulentas e **servidores públicos**. Weverton se disse "surpreso" e criticou o relator: -Acho estranha essa menção do relator, já que não sou investigado, nem citado em nenhuma investigação. Na minha opinião, o relator deveria se concentrar em oferecer respostas concretas para combater fraudes no **INSS**.

Relatórios da Polícia Federal (PF) indicam que Antunes movimentou R$ 53 milhões em valores oriundos de entidades sindicais e empresas relacionadas, muito acima de sua renda mensal de R$ 24 mil que declarava.

- Acho bom que não tenhamos blindagem. As convocações serão boas para o deputado e para o senador, para que prestem esclarecimentos -afirmou Gaspar.

Ainda não há datas para as votações dos respectivos requerimentos de convocação.

CONVOCAÇÃO DE LORENZONI

A convocação de Alexandre Guimarães atende a requerimentos apresentados pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) e pelos deputados Rogério Correia (PT-MG), Adriana Ventura (Novo-SP), Duarte Jr. (PSB-MA) e Sidney Leite (PSD-AM). O colegiado irá ouvir nos próximos dias representantes e funcionários de associações e o ex-ministro do Trabalho Onyx Lorenzoni. As datas ainda precisam ser confirmadas.

Na semana passada, o ex-procurador-geral do **INSS** Virgílio Antônio de Oliveira Filho disse não saber o motivo da participação de Antunes em reunião com membros do Ministério da Previdência. Em seu depoimento, Virgílio também negou ter padrinhos políticos. O ex-procurador é investigado pela PF por ser suspeito de participar nas fraudes que levaram aos descontos.

Durante a audiência, Virgílio foi questionado pelo relator da CPI, deputado Alfredo Gaspar, sobre uma reunião realizada no dia 12 de janeiro de 2023, no início do governo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Sistema de IBS e CBS vai permitir cálculo do PIB diariamente

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana De Brasília

A **reforma tributária** sobre o consumo abrirá caminho para que o Brasil possa calcular diariamente seu Produto Interno Bruto (**PIB**), além de apurar com mais rapidez outros indicadores relacionados à **inflação**, à atividade econômica e à renda. Isso será possível porque a base de dados do Imposto e da Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS, respectivamente) vai reunir, pela primeira vez, dados em tempo real sobre as vendas de produtos e serviços em todo o país, numa base unificada dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Isso ocorrerá a partir de 2027.

"Teremos informações para calcular o **PIB** diário do Brasil - o [da economia] formal, pelo menos", disse ao Valor o secretário especial da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Isso não significa que o resultado oficial deixará de ser calculado e divulgado pelo IBGE - será, na verdade, uma ferramenta a mais do governo para acompanhar o ritmo da atividade econômica, com o diferencial de não ter defasagem.

"Passaremos a ter uma estimativa muito precisa da economia formal, de todos os bens e serviços que estão sendo vendidos e, portanto, comprados no Brasil inteiro", comentou Rodrigo Orair, diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert). "Haverá um salto qualitativo com a antecipação desses índices, e talvez isso permita melhorar políticas públicas."

O sistema dos novos **tributos** terá uma estrutura 156 vezes maior do que a que roda o Pix e vai processar 70 bilhões de documentos ao ano. O novo sistema tributário entrará em fase de testes no dia 1º de janeiro, mas já há um piloto sendo testado por um conjunto de empresas.

Vai ser um big data fiscal que possibilitará acompanhar a atividade econômica"

- Joelson Sampaio

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, os dados poderão ser um novo elemento para auxiliar nas decisões sobre a política monetária, ou seja, sobre a condução da taxa de juros necessária para controlar a **inflação**. Poderão ajudar também a monitorar, de forma mais frequente e imediata, o impacto de políticas públicas.

"Dados de alta frequência tentam antecipar para onde estão indo os indicadores usados para antecipar a **inflação**, a atividade e a renda", comentou José Francisco de Lima Gonçalves, professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). "São os principais usados como determinantes da política monetária esperada."

Ele comenta ainda que as posições diárias do mercado para juros e câmbio poderão ser afetadas pelos indicadores. "O Banco Central também vai usar tais dados e incluí-los no diálogo com o mercado", acredita.

"Vai ser um big data fiscal que possibilitará acompanhar a atividade econômica de forma muito mais precisa e dinâmica", diz Joelson Sampaio, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP). "Também trará mais transparência na questão tributária e facilitará a identificação de fraudes."

Os dados vão ajudar o governo na tomada de decisões e "possibilitar um uso mais eficaz das políticas monetária e fiscal", acrescenta. O desafio, na sua visão, é garantir a segurança desses dados e evitar vazamentos.

Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergio Gobetti diz que os dados das notas fiscais, após a reforma, permitirão monitorar os quatro componentes do **PIB**: consumo das famílias, investimentos, consumo do governo e exportações líquidas. O cálculo do **PIB**, explica, "não é uma coisa tão simples" e depende de refinamentos feitos pelo IBGE. No entanto, será possível acompanhar, a partir dos dados do IBS e CBS, o crescimento da economia brasileira.

Ele concorda com os colegas em que os indicadores de alta frequência poderão auxiliar nas decisões do Banco Central sobre taxas de juros. Hoje, a instituição já calcula uma "prévia do **PIB**", o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), lembra.

Haverá grande quantidade de informações para as administrações tributárias"

- Adriano Subirá

A base de dados do IBS e CBS será melhor do que a do IBC-Br, o que permitirá maior refinamento, acrescenta Orair.

Também será possível fazer estudos setoriais, diz o diretor. Por exemplo: se a base de dados existisse durante a pandemia, poderia ser usada para verificar em que locais a população estaria tendo dificuldades em comprar máscaras ou um determinado medicamento. "Eu consigo ver estrangulamentos no sistema. É um grande instrumento de conjuntura", comenta.

O governo faz neste momento as primeiras discussões sobre os usos dessa nova base de dados, afirma Orair. Já se sabe que ela será usada para elaborar a avaliação quinquenal dos impactos do novo sistema de taxação do consumo.

"Na **reforma tributária**, tem a obrigatoriedade de avaliarmos se ela cumpriu seus objetivos enquanto política econômica, social e ambiental", diz. Esse monitoramento poderá ser feito antes ou depois da entrada em vigor do novo sistema. "O ideal é que a gente consiga, já no início, conseguir avaliar em tempo real o andamento da reforma."

Há duas décadas, o Brasil adotou o sistema de notas fiscais eletrônicas, o que o colocou entre os mais avançados do mundo em termos de escrituração. A base de dados do IBS e CBS avança em vários pontos nessa direção. "Seremos ainda mais paradigma", diz.

O primeiro ganho está na abrangência. As notas fiscais eletrônicas só registram vendas de mercadorias. No sistema do IBS e CBS, diz, entram também as vendas de serviços, que são parte relevante do **PIB**.

O segundo é que a base de dados será unificada. Hoje, as informações estão organizadas em "caixinhas", comentou. "Por exemplo, o município de São Paulo tem a sua base de notas fiscais de serviços, e o Estado tem a sua, de mercadorias." Existe uma base no Rio Grande do Sul que agrega dados de vários Estados, diz ele. O terceiro será a criação de um repositório único, que poderá ser acessado por fiscais federais, estaduais e municipais.

"A reforma dá um salto tecnológico e de integração nas fontes de dados", afirma o diretor da Sert. Isso reflete uma característica do novo sistema de taxação do consumo: União, Estados e municípios passam a ser "sócios" do mesmo tributo. Embora haja dois, o IBS e a CBS, um não existe sem o outro. Quando uma nota é emitida, ambos estarão registrados.

Do ponto de vista da fiscalização, a reforma trará um aparente paradoxo, comenta Adriano Pereira Subirá, auditor fiscal da **Receita Federal** cedido à Câmara dos Deputados, onde acompanha a **reforma tributária**. A reforma aumentará a quantidade de informações disponíveis para a administração tributária, mas a tendência é reduzir as operações de fiscalização.

"Haverá uma grande quantidade de informações à disposição das administrações tributárias, gerando uma percepção de risco mais elevada para os contribuintes e, com isso, desincentivando o descumprimento das obrigações de emissão de documento fiscal, e de pagamento dos **tributos**", explica.

Além disso, a quantidade de obrigações acessórias (formulários) será bastante reduzida e a apuração do imposto contará com um assistente, o que facilitará a conformidade. É esperada ainda uma redução dos litígios. O governo estima que os ganhos de receita decorrentes de menor sonegação, menos contestação judicial e mais facilidade para recolher **tributos** reduzirão a alíquota da soma do IBS e CBS em três pontos percentuais, em estimativa conservadora.

Em nota, a **Receita Federal** afirma que trabalha para construir um sistema que "entregue a conformidade como serviço ao contribuinte". "O auxílio no cálculo correto dos **tributos** por meio da calculadora disponibilizada gratuitamente, que poderá integrar-se ao sistema de emissão de documentos fiscais do contribuinte, passando pela emissão de avisos automáticos ao se detectar um erro, assim como pela apuração assistida, que reduz o custo de conformidade tributária, são exemplos do que está por vir", diz o Fisco.

Além disso, será adotado um modelo padrão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que viabilizará a "apuração assistida, processo de consolidação automática de débitos e créditos dos **tributos** IBS e CBS", explica a Receita.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Confiança do consumidor é a mais alta desde dezembro

Alessandra Saraiva Do Rio

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 1 ponto em outubro, para 88,5 pontos, informou nesta segunda-feira (24) a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com isso, o indicador atinge o maior patamar desde dezembro de 2024 (91,3 pontos). Um ambiente de mercado de trabalho aquecido e de **inflação** menos pressionada levou ao aumento, o segundo consecutivo, informou a economista da FGV Anna Carolina Gouveia.

Na passagem de setembro para outubro, houve melhora tanto nas respostas relacionadas ao presente quanto nas ligadas ao futuro. É o que indica resultados dos dois componentes do ICC. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 1 ponto em outubro, para 83 pontos, mesmo aumento observado no Índice de Expectativas (IE), que passou para 92,8 pontos.

"Entre maio e agosto o indicador "flutuava"" disse a técnica, a comentar que, naquele período, a trajetória da confiança operava em ritmo oscilante. "Mas desde setembro, e agora essa alta de outubro, notamos essas duas altas consecutivas e observamos essa tendência de melhora gradativa", disse.

Gouveia mais uma vez citou o quadro favorável de emprego como um dos fatores que levaram à expansão do ICC em outubro. Isso porque a renda originada do trabalho ainda é principal motor para consumo interno, notou. "Temos um cenário de mercado de trabalho robusto, com emprego em alta", resumiu.

Em setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou taxa de desemprego de 5,6% até trimestre finalizado em agosto, a menor da história da série iniciada em 2012 pelo segundo mês consecutivo.

Outro aspecto que ajudou em maior folga no orçamento do consumidor foi a menor pressão inflacionária entre setembro e outubro. O IBGE informou alta de 0,18% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) em outubro, após subir 0,48% em setembro.

"A menor pressão inflacionária favoreceu consumidores de menor renda", completou. Isso é perceptível na evolução, por faixas de renda, do ICC. Em outubro, os consumidores com ganhos até R$ 2.100,00 mostraram alta de 5,1 pontos no indicador de confiança, a maior expansão entre as quatro faixas de renda pesquisadas pela FGV.

Ao ser questionada sobre continuidade de trajetória de recuperação gradativa no ICC, a especialista foi cautelosa. "É um pouco difícil dizer que [a tendência de alta na confiança] vai continuar. Porque a confiança tem flutuado [oscilado] esse ano", disse. "Mas se a **inflação** continuar m situação de queda, o ICC pode continuar a melhorar, com alguma oscilação", disse.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Aneel leiloa R$ 5,53 bi em novas linhas de transmissão no país

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai licitar nesta sexta (31), na sede da B3, em São Paulo, um pacote de sete lotes de projetos de transmissão de energia que somam R$ 5,53 bilhões em investimentos em mais de mil quilômetros de novas linhas, passando por 12 Estados.

O segmento vive um ciclo de forte expansão: nos últimos dois anos e meio, a Aneel e o Ministério de Minas e Energia (MME) licitaram mais de RS 60 bilhões em novos projetos, consolidando o Brasil como um dos mercados mais dinâmicos e atrativos do mundo para esse tipo de ativo regulado.

O interesse se dá porque o segmento de transmissão é considerado o mais seguro do setor elétrico, totalmente regulado e o vencedor terá um contrato indexado pelo IP-CA. Por outro lado, esses empreendimentos trazem desafios complexos em várias frentes - técnicos, regulatórios, logísticos, ambientais e econômico-concorrenciais.

O plano é construir infraestru-tura para escoara crescente geração de energia (especialmente de fontes renováveis) e dar mais segurança c eficiência até os centros de consumo. Grandes empresas devem estar presentes, como a Axia Energia (ex-Eletro-bras), Engie, Alupar, Argo, State Gricl, entre outras.

Os projetos abrangem regiões diversas c, em alguns casos, de geografia difícil, exigindo mobilização logística, licenças federais e negociações fundiárias. Segundo Rogério Pereira de Camargo, engenheiro e consultor da Roca Consultoria, as empresas precisarão ser muito precisas em seus lances, já que o nível de competição tende a ser elevado e as margens, apertadas. O desafio é calibrar a **inflação** de materiais, prazos de execução, custos de equipamentos e riscos regionais.

"O Lote 1, por exemplo, prevê a construção de uma linha de transmissão subterrânea na cidade de São Paulo. O traçado, que deverá

passar por áreas críticas do centro da capital, exigirá uma estratégia detalhada de engenharia para minimizar custos e reduzir interferências no subsolo urbano, uma região densamente ocupada por redes de infraestrutura", explica.

Camargo, que já participou da implantação, estruturação e operação de projetos de transmissão para investidores, acrescenta que no Lote 3, que abrange obras no Paraná e no Rio Grande do Sul, apresenta o segundo maior valor de investimento, mas sua implantação envolve muita complexidade devido â necessidade de articulação com diversos outros agentes do sistema de transmissão.

Algumas empresas vão ficar fora da disputa. A Aurenjá disse que o foco está na conclusão do processo de integração da AES Brasil em 2025 e o avanço da de-salavancagem. A Isa Energia (antiga Cteep) também não deve participar, já que está concentrada em seus projetos de reforços e melhorias e no andamento das obras de empreendimentos que arrematou nos últimos anos.

Os vencedores levarão 30 anos de concessão para cada lote, garantindo remuneração na forma de Receita Anual Permitida (RAP) máxima a ser paga de R$ 937 milhões. A expectativa é que este valor seja bem menor, já que os últimos certames foram marcados por forte competição e descontos médios acima de 40%.

Se por um lado essa agressividade beneficia o consumidor, por outro, preocupa o presidente da Tractebel, empresa de engenharia da Engie, Cláudio Maia. Segundo ele, os descontos eleva-

"Equipamentos para aumentara capacidade de escoamento são destaque no leilão" SandovcilFeitosa

dos acabam gerando efeitos em toda a cadeia produtiva, já que os fornecedores são pressionados por preços mais baixos e prazos cada vez mais curtos.

"Nos últimos dez anos, os leilões de transmissão registraram uma queda progressiva da RAP ofertada pelas vencedoras. O resultado é um custo mais baixo para o sistema, mas o efeito colateral tem sido claro: atrasos, caducidades e reedições de lotes, o que retarda a expansão da rede e encarece o planejamento energético", diz.

O diretor-geral da Aneel, Sando-val Feitosa, afirma que os lotes têm importância estratégica para o desenvolvimento do sistema nacional. Ele destaca a importância de equipamentos chamados de

"compensadores síncronos", que irão possibilitar o aumento do intercâmbio de energia entre o Nordeste e o Sudeste, contribuindo para a redução dos cortes de geração de energia ("curtailment") por falta de linhas de transmissão.

"Este leilão tem como ponto adicional compensadores síncronos para aumentar a capacidade de escoamento c reduzir o "curtailment" no médio prazo", diz.

Do ponto de vista econômico, Feitosa lembra que o leilão ocorre em um momento de custo de capital elevado, em que a taxa básica de juros (Selic) no Brasil permanece em patamar alto (de 15% a.a.), o cjuc influencia as estratégias dos investidores. "Mesmo assim, eu espero deságios fortes", afirma.

Outra questão regulatória é a rigidez das obrigações contratuais. Os vencedores assumem compromissos de cumprir prazos de obra sob pena de multas e até perda da concessão em caso de atrasos excessivos ou dcscumprimento.

Vitor Mello, sócio da área de energia do Rohm Goulart Cardoso Advogados, lembra que, ao contrário dos leilões de geração, os certames no segmento de transmissão costumam gerar menos ju-dicialização, já que as regras desse segmento são mais estáveis. Mesmo assim, há pontos de atenção.

"A questão ambiental continua sendo uma preocupação, especial-

mente pela presença de lotes com linhas de transmissão de mais de 340 quilômetros nos Estados do Acre e Rondônia, considerando as incertezas decorrentes dos vetos â Lei 15.190/2025 e â tramitação da MP1.308/2025 e do PL 3.834/2025, no que se refere ao licenciamento especial de projetos estratégicos." A implementação simultânea de múltiplos projetos de transmissão em 12 Estados traz desafios de gestão. Um ponto crítico é a contratação dos chamados EP-Cistas (empreiteiras responsáveis por entregar as obras completas). Nos últimos anos, a cadeia de grandes construtoras no Brasil

sofreu abalos por dificuldades fi-nancei ras pós-pandemia.

José Antunes Sobrinho, acionista e presidente do conselho de administração da Nova Participações, diz que com menos EPCistas experientes disponíveis, as concessionárias podem ter dificuldade em encontrar parceiros capazes de executar obras complexas no prazo c nos custos previstos.

Por parte dos fabricantes de equipamentos, grandes empresas, como WEG, GE, Hitachi e Siemens Energy, são aguardadas. Geralmente, as transmissoras fazem pré-contratos para ter garantia de fornecimento, dada a alta deman-

da mundial. O diretor comercial global do grupo Alubar, Maurício Corona Machado, conta que o certame deve demandar 12 mil toneladas de cabos, volume considerado pequeno em comparação aos eventos do ano passado.

"O preço do cabo está associado ao preço do alumínio, que é cotado em dólar na bolsa. O que vemos é que os compradores querem não apenas travar o preço, mas ter a garantia de entrega com preço fixo. Dado o risco, após o leilão, eles querem já reservar os lotes de produção com o "head" de preço para não ter variação", explica.

Site:
https://valor.globo.com/virador#/edition/188380?page=1&section=1

Governo avalia "abandonar" PL do tarifaço

Giordanna Neves De Brasília

Com a pressão da oposição para aprovar destaques ao projeto de lei complementar (PLP) que retira os gastos do tarifaço da meta de resultado primário e do limite de despesas de 2025 e 2026, o governo já considera deixar a proposta em segundo plano, sem insistir na aprovação, apurou o Valor. Diante da fragilidade da base aliada no Senado e da resistência em incluir esses gastos nas regras fiscais, a avaliação é de que "engavetar" o PLP seria o caminho mais pragmático, sobretudo em um contexto de Orçamento apertado, e permitiria ainda uma economia de R$ 9,5 bilhões.

Já a medida provisória (MP) editada em agosto, que cria as linhas de crédito no âmbito do Plano Brasil Soberano para auxiliar os exportadores afetados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos, pode ser deixada para caducar. A MP destina até R$ 30 bilhões do superávit do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para financiar empresas impactadas pelas tarifas. O texto recebeu 366 emendas apresentadas por parlamentares, o que gerou uma preocupação entre integrantes do governo. Como mostrou o Valor, setores produtivos e exportadores têm tentado aproveitar a tramitação da MP para incluir dispositivos que os beneficiem, em muitos casos sem relação direta com o tarifaço, mas que podem elevar o risco fiscal.

O PLP, no entanto, é o responsável direto pelo impacto fiscal do plano do tarifaço. O projeto, protocolado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), prevê R$ 4,5 bilhões em aportes a fundos garantidores para ampliar o acesso de pequenas e médias empresas ao crédito, além do benefício tributário do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) - programa que devolve parte dos **tributos** pagos por empresas exportadoras de produtos manufaturados. Pelo texto, as novas condições do Reintegra valeriam até dezembro de 2026 e teriam impacto estimado de até R$ 5 bilhões. O montante total de R$ 9,5 bilhões, somando as duas medidas, ficaria fora da meta fiscal e do teto de gastos.

O texto-base do PLP já foi aprovado, mas a análise dos destaques (sugestões de alteração ao texto) ainda não ocorreu. Isso porque senadores da oposição apresentaram requerimentos para votar separadamente o dispositivo que trata da retirada dessas despesas das metas fiscais, em um procedimento conhecido como "votação em destaque". O grupo oposicionista quer obrigar o governo a manter os gastos do tarifaço dentro das regras fiscais deste e do próximo ano.

Interlocutores do Executivo ponderam, contudo, que deixar o PLP em segundo plano não afetaria o funcionamento das linhas de crédito, já asseguradas pela medida provisória. O que ficaria de fato comprometido seria o Reintegra. Ainda assim, fontes do governo avaliam que não faz sentido incluir essas despesas nas regras fiscais e, depois, ter de cortar verbas de áreas sensíveis, como saúde e educação, apenas para viabilizar o benefício de devolução de **tributos**.

A linha de crédito criada pela MP já está em operação, ainda que em ritmo mais lento. Fontes argumentam que quem quiser contratar o financiamento já conta com um subsídio implícito (creditício) elevado, sem necessariamente precisar recorrer aos fundos garantidores previstos no PLP. Esse subsídio não tem impacto primário, mas amplia o endividamento público, já que o Tesouro se financia a um custo maior do que repassa para as empresas.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o agente financeiro da linha emergencial, o subsídio creditício associado à medida, calculado a valor presente, é de aproximadamente R$ 5,82 bilhões, em função da diferença entre as taxas praticadas e o custo de oportunidade do governo federal. Os dados foram colocados à disposição pelo Ministério da Fazenda no dia 22 de agosto, em nota divulgada após reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para deliberar sobre o tema.

Já a medida provisória que criou a linha de crédito perde a validade em meados de dezembro. Assim, empresas que de fato necessitam do financiamento ainda poderão aderir até o fim da vigência da medida, dizem fontes do Executivo.

A MP tem gerado ainda uma preocupação adicional no governo por causa do elevado volume de emendas apresentado que gera impacto fiscal relevante. Entre as sugestões, estão a concessão de incentivos à indústria automotiva, a criação de regimes emergenciais semelhantes aos adotados durante a pandemia de covid-19 para preservação de empregos, mecanismos que permitam o ressarcimento em

dinheiro, e não apenas via compensação de créditos tributários, além da permissão para que concessões de drawbacks feitos depois de 2025 e até 2027 também tenham seu prazo dilatado.

Procurado, Jaques Wagner não retornou.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Alteração no Simples pode ter impacto de R$22,7 bi em 2026

Um projeto de lei complementar (PLP) em tramitação na Câmara dos Deputados que altera o regime do Simples Nacional e amplia os limites de enquadramento de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) pode ter um impacto de R$ 22,7 bilhões aos cofres públicos em 2026. O cálculo foi feito pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Casa, em nota assinada pelo consultor Ricardo Volpe.

O substitutivo aprovado em junho pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara modificou o texto aprovado anteriormente pelo Senado. Ainda não há data para a votação em plenário, embora as frentes parlamentares pressionem pela inclusão da proposta na pauta.

A versão dos senadores, aprovada em 19 de agosto de 2021, previa o enquadramento como MEI para quem tivesse receita bruta anual igual ou inferior a R$ 130 mil, além da possibilidade de contratação de até dois empregados. Segundo a Conof, essa proposta teria impacto de R$ 4,13 bilhões em 2025, R$ 5,32 bilhões em 2026 e R$ 6,12 bilhões em 2027.

Pelas regras atuais, o MEI é o microempreendedor com receita bruta anual de até R$ 81 mil e um empregado. As microempresas podem faturar até R$ 360 mil por ano e ter até nove funcionários no comércio e serviços ou até 19 na indústria. Já as empresas de pequeno porte têm limite de R$ 4,8 milhões e podem empregar de 10 a 49 pessoas no comércio e serviços, ou de 20 a 99 na indústria.

A versão aprovada na Câmara ampliou o escopo do projeto ao incluir todo o Simples Nacional. O texto passou a elevar os tetos de faturamento anual para os seguintes patamares: MEI, de R$ 81 mil para R$ 144.913,41; ME, de R$ 360 mil para R$ 869.480,43; e EPP, de R$ 4,8 milhões para R$ 8.694.804,31.

Segundo a Conof, o impacto fiscal estimado para os MEIs, conforme a versão da Câmara, é de R$ 4,31 bilhões em 2025, R$ 5,55 bilhões em 2026 e R$ 6,38 bilhões em 2027. Já para MEs e EPPs, a elevação dos tetos pode gerar uma renúncia de R$ 14,45 bilhões em 2025, R$ 17,18 bilhões em 2026 e R$ 18,55 bilhões em 2027.

No regime do Simples Nacional, todos os **tributos** federais, estaduais e municipais são recolhidos de forma unificada por meio de um único documento - o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Neste pagamento estão incluídos Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS) e a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP).

Segundo nota da Conof, com base em dados oficiais do governo, o número de microempreendedores individuais (MEIs) tem crescido de forma consistente no Brasil. No fim de 2010, havia cerca de 771 mil optantes pelo regime. Esse número saltou para 11,3 milhões no fim de 2020 e alcançou 16,5 milhões de MEIs ativos até agosto de 2025. A renúncia fiscal associada ao MEI é estimada em R$ 11,28 bilhões em 2026, o que representa 1,84% do total de gastos tributários projetados para o período.

Já a renúncia fiscal das micro e pequenas empresas (ME e EPP) foi estimada em R$ 134,3 bilhões para o ano que vem, o equivalente a 21,9% do total de gastos tributários do país, que somam R$ 612,8 bilhões. Segundo a **Receita Federal**, o Brasil contava em 2024 com cerca de 26,3 milhões de CNPJs ativos. Desse total, 23 milhões (88%) eram optantes pelo Simples Nacional - sendo aproximadamente 6,7 milhões de micro e pequenas empresas (ME e EPP) e 16,3 milhões de MEIs. Os outros 3,3 milhões de CNPJs estavam enquadrados em demais regimes de tributação, como lucro real, presumido ou arbitrado, além de casos imunes ou isentos do IRPJ.

Os cálculos da Conof estabeleceram como premissa que, conforme a versão aprovada na comissão da Câmara, cerca de 150 mil empresas atualmente fora do regime passariam a ser enquadradas no Simples Nacional, entre os 3,3 milhões de CNPJs que hoje não são MEI, ME ou EPP. Além disso, aproximadamente 250 mil empresas de pequeno porte seriam reenquadradas como microempresas.

Na nota, a consultoria ressalta que, embora as medidas propostas estimulem a formalização e

simplifiquem o sistema tributário, seus impactos fiscais imediatos e líquidos são negativos. Entre os principais riscos apontados estão: pejotização e desvio de finalidade, com possíveis efeitos adversos sobre a **Previdência Social**, devido à contribuição reduzida do MEI (5%); planejamento tributário oportunista, que permitiria a empresas alterarem artificialmente seu porte para obter benefícios; e a necessidade de compensação fiscal, o que poderia exigir aumento de alíquotas, ampliação de bases de cálculo ou revisão de outros incentivos.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

STF julga restrições à distribuição de lucro por inadimplente

Luiza Calegari De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, no Plenário Virtual, julgamento que discute se empresas com dívidas tributárias com a União, sem garantia, podem pagar bonificação a acionistas ou distribuir participação nos lucros a sócios, cotistas e diretores. Após voto do ministro Flávio Dino, contrário às companhias, porém, a sessão foi suspensa por novo pedido de vista.

Na ação proposta no ano de 2014, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede que seja declarada a inconstitucionalidade de dispositivos de lei que impõem que as pessoas jurídicas com débito não garantido com a União e suas autarquias de previdência e assistência social, por falta de recolhimento de **tributos**, não poderão distribuir bonificações a acionistas, nem dar ou atribuir participação nos lucros a sócios ou cotistas, diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

Em caso de desobediência do contribuinte, há ainda a previsão de multa equivalente a 50% do valor distribuído aos acionistas, tanto para as empresas quanto aos diretores que tenham recebido a remuneração. Essa multa fica limitada a 50% do valor total da dívida com a União.

No processo, são questionados o artigo 32 da Lei nº 4.357, de 1964, com a redação dada pelo artigo 17 da Lei nº 11.051, de 2004 e do artigo 52 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009.

Segundo a OAB, a norma infringe princípios constitucionais como o da livre iniciativa e do devido processo legal. Além disso, para a entidade, a legislação "nada mais faz do que utilizar a sanção política como forma de exigir o pagamento do tributo", desrespeitando o princípio da proporcionalidade por ser desnecessária.

No início do mês de agosto, quando o julgamento virtual começou, o ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo, concordou em parte com os argumentos apresentados pela entidade. Ele lembrou que a jurisprudência do STF já considera inconstitucionais as chamadas "sanções políticas" - medidas coercitivas indiretas adotadas pela Fazenda Pública para forçar o pagamento de **tributos**.

As medidas consideradas inconstitucionais pelo ministro são a interdição de estabelecimento, a apreensão de mercadoria e o veto ao despacho de produtos em alfândegas (Súmulas 70, 323 e 547, respectivamente).

Conforme Barroso, a proibição de distribuição de lucros e dividendos tem por objetivo evitar a dilapidação de patrimônio para fraudar o Fisco. Esse fim, segundo o relator, é "constitucionalmente legítimo", mas as regras são "desnecessárias ou excessivas".

Assim, ele votou para dar interpretação conforme a Constituição aos dispositivos. Também entendeu que a pena de multa na eventualidade de distribuição de lucros e dividendos por parte de empresas em débito com o Fisco só se aplica "na hipótese de não terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita".

Na ocasião, o julgamento foi suspenso por pedido de vista de Flávio Dino. Agora, ao votar, o ministro divergiu do relator para entender que o pedido da OAB é totalmente improcedente. Isso porque os dispositivos questionados são constitucionais. Segundo Dino, a sanção prevista pela lei não tem natureza política, "precisamente porque uma vez garantido o débito, ação que não se confunde com o pagamento, afasta-se a possibilidade de aplicação da multa".

Além disso, prossegue o ministro, a previsão está vigente no ordenamento jurídico brasileiro há duas décadas, o que joga por terra o argumento de que a punição poderia "inviabilizar o exercício da atividade econômica de determinada pessoa jurídica". O ministro Alexandre de Moraes, contudo, pediu vista para analisar melhor o processo.

Segundo o advogado Arthur Neri, do escritório Bento Muniz Advocacia, o voto de Barroso propõe um "meio-termo prudente" ao reconhecer a constitucionalidade parcial da vedação. Se prevalecer o entendimento, acrescenta, o STF vai sinalizar que não se pode punir automaticamente o devedor, mas apenas aquele que, de fato, coloca em risco a satisfação do crédito público.

"Em outras palavras, não se pode equiparar quem frauda o Fisco a quem tenta se reerguer em meio a restrições de caixa", afirma o especialista.

Eduardo Diamantino, sócio do escritório Diamantino Advogados Associados, entende que ser considerado devedor da União, por decisão unilateral do próprio governo, não deveria justificar o veto à distribuição de dividendos. Segundo o tributarista, o voto de Barroso reconhece a autonomia das empresas.

"Os débitos tributários são inscritos sem o controle prévio de legalidade. A prova disso é a enorme quantidade de embargos à execução fiscal no país", diz. "Ele [Barroso] propõe algo razoável: se houver patrimônio, não é necessária a certidão negativa de débitos para se fazer a distribuição de dividendos. Se não tiver patrimônio, vale o que está na lei", conclui o advogado.

O voto de Flávio Dino, por outro lado, tem interpretação restritiva e aplica a norma irrestritamente, afirma Neri, sem considerar as particularidades da economia brasileira, "em que muitas empresas deixam de recolher **tributos** não por má-fé, mas por necessidade conjuntural". Para o especialista, embora a corrente de Dino seja coerente do ponto de vista da forma, ela reforça uma lógica de "sancionar primeiro para depois remediar".

Para Diamantino, o voto do ministro Flávio Dino "engessa a atividade empresarial e pressupõe que o ato de inscrição na dívida dá uma certeza grande ao débito". De acordo com o advogado, no entanto, essa certeza só existe "depois do trânsito em julgado do processo em que esse débito será discutido".

A respeito do fato gerador da multa prevista na legislação, na Nota Técnica nº de 2006 da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), a **Receita Federal** afirma que a aplicação da penalidade não depende da constituição do crédito tributário por meio do lançamento e da notificação do devedor. Posteriormente, no entanto, a Solução de Consulta Cosit nº 570, de 2017, esclareceu que a regular constituição do crédito, na verdade, seria "a instância justificadora de limitações à distribuição de bônus e de demais valores".

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Bancos devem ter lucro de R$ 25,4 bi no 3º trimestre

O lucro dos maiores bancos do país, em conjunto, deve ficar estável no terceiro trimestre, em relação ao segundo, mas com grande diferença de performance entre as instituições. Algumas incertezas diminuíram nos últimos meses, como a preocupação com tarifas dos EUA e o risco de desaceleração mais rápida da atividade doméstica. Mas outros fatores surgiram, como restrições à antecipação do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e sinais de problemas no mercado de crédito corporativo, de dívida emitida por grandes empresas.

Segundo a soma da média de estimativas de 13 casas consultadas pelo Valor, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil (BB) devem registrar lucro de R$ 25,430 bilhões no terceiro trimestre. Se confirmado, o resultado representa alta de 1,6% em relação ao segundo trimestre e retração de 12,5% na comparação anual. A temporada começa na quarta-feira, com os números do Santander pela manhã e do Bradesco à noite.

Os números mostram uma dispersão grande. Enquanto Itaú deve seguir renovando recordes, BB enfrenta um momento bastante difícil, em especial com os problemas no agronegócio. Já o Bradesco segue em toada de clara recuperação, enquanto o Santander tem um avanço mais gradual.

Analistas do BTG Pactual, que fizeram reuniões recentes com os grandes bancos, dizem que o sentimento parece ter se deteriorado um pouco em relação à qualidade do crédito, embora isso ainda não se reflita nos números. "Com níveis de comprometimento de renda e alavancagem muito altos, a visão é que o segmento de baixa renda está sob pressão, embora a isenção de **impostos** para aqueles que ganham até R$ 5 mil e a baixíssima taxa de desemprego devam evitar qualquer deterioração maior no curto prazo."

Em agosto, a inadimplência de pessoa física subiu para 4,8%, o maior nível desde maio de 2023. Entretanto, boa parte disso está ligada às mudanças nas normas contábeis trazidas pela resolução CMN 4966, que alterou as regras de provisionamento e também de baixa da carteira para créditos em inadimplência. Estudo do BC divulgado no Relatório de Política Monetária de setembro indica que cerca de 70% do aumento da inadimplência no primeiro semestre está associado a essa mudança.

Já no segmento pessoa jurídica, em pequenas e médias empresas (PMEs) também há sinais de pressão na qualidade do crédito, enquanto nas grandes ("corporate") os indicadores ainda são saudáveis. "No últimos meses, várias empresas mostraram sinais de deterioração na qualidade do crédito (como Ambipar, Braskem, etc), então não é possível descartar algum aumento na inadimplência do segmento corporate no futuro próximo", dizem os analistas do UBS BB. Os bônus da Raízen também sofreram nas últimas semanas com especulações sobre a saúde financeira da companhia.

Para o Citi, a cautela maior com a inadimplência deve começar a se refletir mais fortemente na concessão de crédito. "Como foi o caso durante o primeiro semestre, antecipamos uma originação cautelosa pelos incumbentes, enquanto os bancos digitais devem continuar com forte crescimento para o segundo semestre. Esperamos que os dados do sistema comecem a refletir uma contração mais acentuada nas taxas de crescimento e, embora o cenário permaneça resiliente para a qualidade dos ativos, o ambiente de altas taxas de juros continua sendo uma ameaça para os bancos, o que continua sugerindo cautela à frente."

No início do mês, o Conselho Curador do **FGTS** aprovou regra que limita a antecipação do **saque-aniversário**, estabelecendo tetos de, no máximo, cinco anos e R$ 2,5 mil. A medida foi considerada muito dura pelos bancos. Segundo a Febraban, associação que representa os grandes do setor, entre os pontos mais sensíveis estão os limites de uma operação por ano, de até R$ 500 por operação e acesso à antecipação apenas 90 dias após a adesão.

Por outro lado, o governo também anunciou neste mês mudanças no "funding" do crédito imobiliário, que podem adicionar R$ 52,4 bilhões em novas concessões em 2026. Para este ano, a cota máxima de financiamento foi elevada de 70% para 80% do valor do imóvel e o teto de financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) passou de R$ 1,5 milhão para R$ 2,25 milhões.

O grande destaque da temporada deve ser novamente o BB, com lucro de R$ 3,7 bilhões, queda anual de 61,5%. Pressionando pela inadimplência no agro, o

banco já sinalizou que o terceiro trimestre seria difícil. "Definitivamente 2025 é o nosso ano mais desafiador de todos os tempos. Não é um passeio no parque", disse o vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, durante o Investor Day no fim do mês passado. Segundo ele, o terceiro trimestre deve ter desempenho semelhante ao segundo, com impacto concentrado no agro, mas a expectativa é de melhora a partir do quarto trimestre.

Ainda assim, algumas mudanças regulatórias feitas pelo Banco Central nos últimos meses beneficiam o crédito rural, o que pode favorecer o BB. A primeira é a Instrução Normativa 643, de 17 de julho, que permite que o crédito não seja classificado como "reestruturado" quando as renegociações envolvem contrapartes por decisão do CMN ou outras medidas legais. "Essa medida corrobora o entendimento atual do BB de que os créditos rurais que são prorrogados não são necessariamente classificados como estágio 3 (risco alto) na originação", diz o BTG.

Segundo os analistas, como a medida provisória (MP) 1.314/2025, que oferecerá R$ 12 bilhões para renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais, deve se enquadrar neste caso, certos empréstimos em estágio 3 poderiam ser renegociados e, posteriormente, reclassificados como estágio 1 (normal) ou 2 (risco aumentado).

A segunda mudança é a Resolução CMN nº 5.244, de 28 de agosto. Os analistas lembram que a Resolução 4.966 dificultou a implementação do chamado "período de cura" para melhorias rápidas nas classificações de crédito. Entre outros pontos, a principal alteração na 5.244 foi permitir a "cura" para operações com intervalos de pagamento maiores, a partir de três meses, com maior flexibilidade, desde que outras condições sejam atendidas.

O Itaú, por sua vez, deve ter lucro recorde de R$ 11,8 bilhões, com alta de 10,6%. Para os analistas da Genial, o banco tende a mostrar consistência nos resultados, entrando em uma nova fase de eficiência e monetização do seu superapp. "Mantemos visão construtiva para 2025, com expectativa de crescimento de lucro em dois dígitos e rentabilidade elevada. Para os próximos trimestres, o foco deve ser em ganhos de eficiência - via redução de agências e otimização de "headcount" [número de funcionários] - e na monetização gradual do superapp, que já apresenta boa tração inicial. Acreditamos que o banco entra em uma nova fase, de expansão do mercado endereçável e consolidação da liderança em múltiplos segmentos."

Já o Bradesco deve lucrar R$ 6,3 bilhões, o que representa uma expansão anual de 20,2%. O Goldman Sachs, que recentemente elevou sua recomendação para ações do banco para "neutra", diz que o Bradesco tem registrado geração de capital melhor que o previsto, enquanto a lucratividade permanece em ritmo gradual de recuperação, apoiada por melhor margem ajustada ao risco e pelo setor de seguros. "O ROE [retorno sobre o patrimônio] tem mostrado melhora consistente, recuperando-se de uma mínima de 9,6% em 2023 e com projeção de atingir 14,6% em 2025. Notavelmente, o Bradesco reduziu a diferença de lucratividade com o Santander Brasil."

A filial brasileira do banco espanhol deverá lucrar R$ 3,7 bilhões, com um ganho de 0,5% na comparação anual. "A melhor margem com clientes e provisões menores devem compensar maiores despesas operacionais do Santander, e as receitas de tarifas provavelmente manterão uma tendência positiva. Também esperamos uma deterioração relevante no desempenho da margem com mercado devido à taxa Selic", apontam os analistas do Bradesco BBI.

Já o Nubank deve lucrar US$ 723 milhões (cerca de R$ 3,887 bilhões no câmbio atual). Para os analistas do J.P. Morgan, a inadimplência deve permanecer sob controle e a margem financeira deve melhorar, com crescimento da carteira. Segundo os analistas, entre os tópicos que devem chamar atenção na teleconferência do banco estão a expansão para os EUA, o cronograma para atingir o "breakeven" no México e a perspectiva para a qualidade dos ativos em 2026.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Sinais de desinflação levam juro futuro à mínima em um ano

Gabriel Caldeira e Victor Rezende De São Paulo

O mercado de juros teve uma rodada importante de alívio nos últimos dias, com as taxas de médio prazo - que, no início do ano, se aproximavam de 16% - chegando a patamares abaixo de 13% na sessão de ontem. Aos poucos, os investidores voltam a demonstrar otimismo com a perspectiva de redução dos juros de mercado, em um movimento sustentado por sinais mais consistentes de desinflação e pela queda contínua das expectativas inflacionárias no Boletim Focus. Esse cenário tem reforçado as apostas em cortes da Selic a partir do início do próximo ano, enquanto os juros reais - sobretudo os de longo prazo - permanecem em níveis elevados.

Foi bastante relevante a queda observada nos juros futuros nos últimos dias. Em 7 de outubro, a taxa do DI para janeiro de 2029 - um contrato de prazo intermediário - estava em 13,46% e, ontem, ficou em 13,045%. Na mínima do dia, chegou a 12,97%, no menor nível desde novembro de 2024, em um movimento que não se sustentou até o fim da sessão. Ainda assim, há ingredientes sobre a mesa que podem apontar para um alívio sustentado no mercado de juros, ao menos no curto prazo.

O processo de desinflação é um deles. Já na semana passada, depois que a Petrobras reduziu o preço da gasolina, o mercado voltou a trabalhar com a possibilidade de uma **inflação** mais branda à frente. Além disso, o câmbio voltou a ficar "comportado" e as expectativas de **inflação** no Boletim Focus apresentaram recuo relevante, até mesmo em prazos mais longos - uma dinâmica que se repetiu ontem.

Desde o início do mês, o ponto-médio das projeções dos economistas de mercado para o IPCA de 2026 recuou de 4,29% para 4,20%; a mediana das estimativas para a **inflação** de 2027 saiu de 3,90% para 3,82%; e, de forma ainda mais relevante, o ponto-médio das projeções para o IPCA de 2028 caiu de 3,70% para 3,54%. "Isso pode ser um sinal de que o trabalho do Banco Central está ganhando mais credibilidade", comenta o trader de renda fixa de um grande banco local.

"O mercado estava dando menos peso para a **inflação** corrente", observa o gestor Marcelo Bacelar, da Azimut Brasil Wealth Management, ao notar o movimento dos juros futuros entre os meses de julho e setembro. "Mas, dada a surpresa para baixo no IPCA de setembro, a surpresa no IPCA-15 de outubro e as revisões do Focus para baixo nos horizontes mais longos, isso tem ajudado a curva de juros."

Além disso, Bacelar observa que a postura mais "hawkish" (dura) do BC tem apoiado uma menor inclinação da curva de juros, ou seja, as taxas de médio e longo prazo acabam tendo uma queda mais intensa do que as de curto prazo, ao se observar os movimentos mais recentes. "Quanto mais o BC fica parado, mais a curva perde inclinação. E esse deveria, de fato, ser o correto, embora tenhamos incertezas pela frente", diz o gestor, ao lembrar que o próximo ano será eleitoral e que há dúvidas no mercado a respeito da postura da política fiscal. "São vários poréns."

Ao menos no curto prazo, participantes do mercado têm mantido apostas aplicadas no mercado de juros, ou seja, que ganham com a queda das taxas futuras. É o caso do J.P. Morgan, que, recentemente, alongou o "duration" e, agora, mantém aberta uma posição que ganha com a queda da taxa do DI para janeiro de 2030. O banco mira o nível de 12,25% - ontem, essa taxa fechou o dia cotada a 13,18%.

A melhora do quadro inflacionário "destravou" um potencial de queda dos juros futuros, no momento em que boa parte dos agentes - especialmente os investidores locais - elegeu o mercado de juros nominais como o melhor "cavalo" para se estar otimista no Brasil no curto prazo. O mercado de juros reais segue com taxas longas elevadas, embora tenham se afastado das máximas. A NTN-B 2050 fechou o dia negociada a 7,199%.

Para o estrategista e economista-chefe da AZ Quest, André Muller, o recuo das expectativas de **inflação** no Focus e das medidas de **inflação** "implícita" do mercado dará mais conforto para que o BC inicie um ciclo de flexibilização monetária na primeira reunião do próximo ano, em janeiro. Essa aposta, inclusive, voltou a ganhar força na semana passada, justamente na esteira da melhora do Focus e dos números de **inflação** corrente.

"A continuidade do que temos visto nos últimos meses deveria dar condições para o BC cortar de maneira

crível, sem colocar em risco a ancoragem das expectativas", enfatiza. Para Muller, a autoridade monetária "tem sido muito competente" em, por meio de uma postura conservadora, ancorar as expectativas de **inflação** de longo prazo do mercado para níveis um pouco mais próximos da meta de 3%.

Muller, assim, não espera uma mudança brusca na comunicação do BC, ainda que a expectativa da AZ Quest seja de que a Selic caia a 10,50% até o fim do próximo ano - nível bem abaixo do consenso do mercado (entre 12% e 12,5%).

O gestor de renda fixa e multimercados Guilherme Baran, da SulAmérica Investimentos, também destaca a comunicação dura do BC e diz que, para o mercado "furar" a barreira atual de 3 pontos percentuais de cortes precificados na curva, será necessária uma desaceleração mais forte da atividade, em especial do mercado de trabalho.

Apesar da melhora das expectativas do Focus, ainda há uma diferença grande entre o que os economistas projetam para o IPCA e o que o mercado precifica em termos de **inflação** "implícita" - medida extraída da diferença entre o juro nominal e a taxa real da NTN-B.

Ao utilizar a **inflação** "implícita" da NTN-B com vencimento em agosto de 2026 e as projeções mais conservadoras do Top 5 do Focus para o restante dos meses que o título não cobre, Baran estima que o mercado projeta uma alta de 3,75% para o IPCA do ano que vem, bem abaixo dos 4,20% do Focus. Para ele, essa diferença não se deve somente a uma leitura mais otimista dos investidores, mas também à expectativa de que o ano eleitoral reservará medidas do governo para reduzir os preços de maneira artificial.

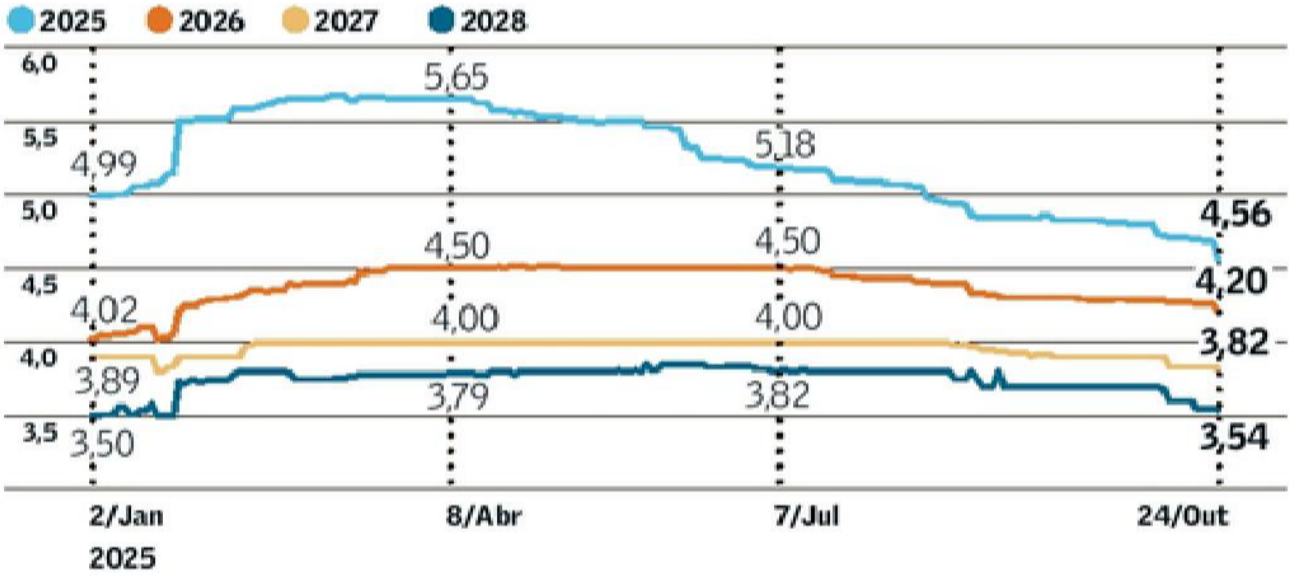
"Geralmente, o prêmio de **inflação** se opera para cima no Brasil, mas em anos eleitorais esse risco vai para o outro lado", diz.

Diante do recuo forte das taxas nos últimos pregões, a SulAmérica reduziu o risco alocado nos mercados de juros, segundo Baran. Já a AZ Quest mantém posições aplicadas tanto nas taxas prefixadas de até um ano quanto no juro real de dois a três anos, segundo Muller.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20251028

Expectativa para o IPCA

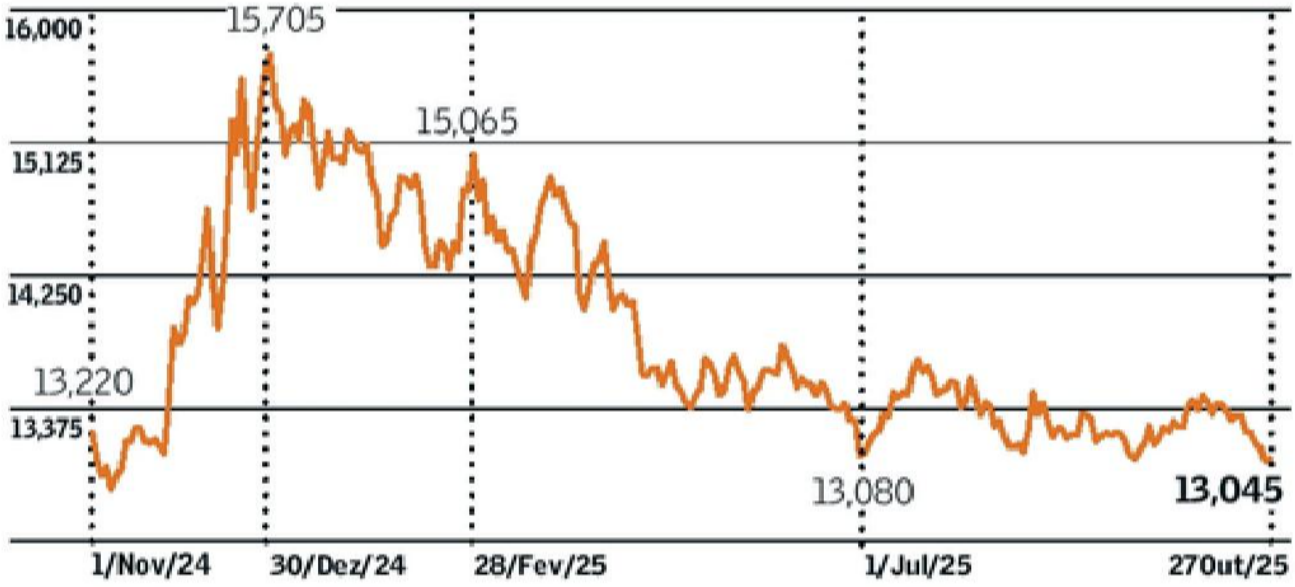
No ano (em %)



Fonte: Banco Central/Focus. Elaboração: Valor Data

Nas mínimas do ano

Taxa do DI para janeiro de 2029 (em % a.a.)



Fonte: Valor PRO e B3

Governo muda estratégia para incluir receitas

Carolina Linhares e Victoria Azevedo

O governo Lula (PT) mudou de estratégia e, seguindo a preferência do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai incluir iniciativas de corte de gastos e arrecadação em um projeto que permite pagar um imposto menor para atualizar o preço de bens e imóveis no Imposto de Renda.

As medidas estavam previstas na MP (medida provisória) do aumento de **impostos**, que perdeu a eficácia, e haviam sido incluídas na semana passada, na forma de jabuti, em um projeto que torna crime hediondo a falsificação de bebidas e ali-

mentos, por causa da onda de contaminações por metanol.

Essa prática, de inserir em um projeto medidas que não têm a ver com o tema original, é conhecida pelo jargão político de jabuti.

Segundo líderes partidários, essas medidas de cortes e arrecadação, desenhadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), são consensuais e devem ser aprovadas no plenário. Para o Palácio do Planalto, elas são necessárias para compensar o buraco de R$ 35 bilhões no Orçamento por causa da derrubada da MP pela Casa no início deste mês.

Motta defendia que as medidas de corte e arrecadação fossem incluídas no projeto sobre o preço dos imóveis, relatado pelo deputado Jus-celino Filho (União Brasil-MA). Como mostrou a Folha, o projeto que cria o Regime Especial de Atualização e Re-

gularização Patrimonial (Re-arp) é do interesse do presidente da Câmara, mas estava parado na Casa

Aproveitá-lo como veículo de medidas do governo, portanto, é uma forma de fazê-lo avançar no plenário. O programa permite que bens móveis e imóveis tenham seu valor atualizado no Imposto de Renda com o pagamento de um percentual menor de tributo sobre o ganho de capital.

Já o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), preferia que o projeto do metanol, como ficou conhecido, fosse o veículo das iniciativas do Ministério da Fazenda O texto é relatado pelo deputado Kiko Cele-guim (PT-SP) e deve ser votado nesta semana.

Na última sexta-feira (24), Celeguim já havia apresentado o relatório do seu projeto com diversos pontos que estavam previstos

originalmente na MP.

Deputados governistas afirmam que a mudança de estratégia aconteceu por vários motivos, além do pedido de Motta. Segundo eles, a matéria a respeito da valorização e tributação de imóveis tem mais relação com as medidas econômicas do governo do que o projeto sobre falsificação de bebidas.

Nos bastidores, deputados petistas dizem ainda que outros partidos preferiam que a relatoria do texto não estivesse nas mãos do PT e, por isso, a opção pelo projeto relatado por Juscelino Filho tinha mais apelo.

Ainda há discussão no governo a respeito do texto do Rearp, que já foi aprovado no Senado. Há uma leitura de que, apesar de permitir uma arrecadação maior de **impostos** no curto prazo, o programa compromete as receitas da União no longo prazo.

Os pontos que serão incluídos no projeto do Reap tratam de contenção de despesas, com impacto estimado em R$ 15 bilhões, e do limite mais rigoroso para uso de créditos tributários na compensação de **impostos** a pagar, que pode ampliar a arrecadação em R$ 10 bilhões no ano que vem.

As medidas devem ser as mesmas que aparecem atualmente no relatório de Celeguim. Foram incluídos no parecer itens como o endurecimento de regras do seguro-defeso, benefício de um salário mínimo pago a pescadores artesanais no período em que a atividade é proibida. Pela proposta, será exigência biometria e limitação do pagamento à verba prevista na Lei Orçamentária Anual.

Também foram previstos no texto mudanças no Atest-med (sistema online para concessão de auxílio-doença

do **INSS** sem precisar de perícia presencial), a inclusão do Pé-de-Meia na cálculo do piso de despesas com educação e a fixação de um limite no Orçamento para pagar compensações previden-ciárias a regimes próprios de estados e municípios.

Site: https://flip.maven.com.br/temp_site/issue-2810202506%20-%201a7735ce230cb54713ca646f15fd11fa.pdf

Taxa das blusinhas não gera emprego, onera pobres e reduz arrecadação de estados, diz estudo da LCA

Alexa Salomão

Passado mais de um ano desde sua criação, em junho de 2024, a chamada taxa das blusinhas cumpriu as projeções mais pessimistas. Levantamento da LCA Consultoria Econômica mostra que a medida não mexeu na oferta de emprego nos setores mais protegidos, onerou, como esperado, as compras dos mais pobres e levou à perda de arrecadação nos estados .

Dados de comércio exterior apontam que houve retração nas encomendas de baixo valor, "equilibrando o jogo", com reivindicaram setores que reclamavam da concorrência desleal do importado. Imediatamente após a instituição do imposto, a tendência de aumento nessas aquisições foi interrompida. Houve uma queda de 43%. Mas não o suficiente para impactar a demanda interna a ponto de gerar empregos.

"Era evidente que o imposto reduziria a importação, aumentaria o custo dos produtos, especialmente para as famílias de classe média e baixa , mas esperava-se alguma contrapartida na geração de emprego -e o que mais surpreendeu é que a gente não consegue enxergar esse impacto positivo", afirma o diretor da LCA e coordenador do estudo, Eric Brasil

Segundo o consultor, nos 12 meses seguintes à criação da taxa, o emprego na indústria e no varejo cresceu 0,9%, enquanto avançou 3% no conjunto da economia brasileira. Na avaliação dele, a estatística demonstra que o mercado de trabalho não reage a mudanças pontuais de tributo -nem para mais nem para menos, até pelas características da legislação trabalhista local.

"O custo de contratação e de demissão é alto, e a burocracia trava um ajuste rápido. Aumentar imposto em um setor não faz o empresário sair contratando no dia seguinte", explica.

Também é preciso levar em consideração os produtos afetados. O imposto de 20% sobre importações de até US$ 50 (R$ 270) feitas diretamente pelo consumidor, via internet, foi instituído pela Lei 14.902/2024. Embora o apelido tenha sido inspirado no setor têxtil, que era o mais atingido, a cobrança recaiu sobre produtos variados de baixo valor, como cosméticos, eletrônicos e ferramentas, que não são automaticamente substituídos.

Na prática, o que ocorreu foi uma redução no acesso dos pobres a produtos mais diversificados . "O consumidor não pensa: 'Ficou mais caro comprar lá de fora, então vou comprar na lojinha da esquina'. Muitos produtos vendidos nessas plataformas simplesmente não têm similar nacional", afirma o autor do estudo.

A partir de dados de outro levantamento, realizado pelo Plano CDE, especializado em baixa renda, a LCA mostra que as encomendas internacionais virtuais ainda estão concentradas. Cerca de 68% são realizadas por consumidores das classes C e D, e outros 5% pela classe E.

O estudo aponta ainda que, por causa disso, 70% do total arrecadado pela taxa das blusinhas é pago por famílias das classes C, D e E, que ainda recorrem a sites internacionais em busca de preços acessíveis.

"Não tem novidade aí, apenas uma constatação: qualquer imposto sobre consumo é regressivo. Pesa mais na renda dos mais pobres", diz Brasil.

O estudo indica que o impacto médio da taxa é inferior a 0,5% na renda das famílias mais ricas, mas ultrapassa 1% para a classe E.

"Para uma família rica, aquele imposto de 20% não faz cosquinha. Já para as mais pobres, qualquer aumento no preço pesa na decisão de consumo -é o tipo de família que está sempre contando moeda."

O levantamento mostra ainda que, entre os consumidores de menor renda, a taxa elevou o número de desistências de compra de 35% para 45% desde sua implementação, mas um bom número de consumidores persiste na aquisição, pagando mais caro.

O impacto nas contas públicas também foi errático e marginal. Considerando a União, houve um ganho médio de R$ 265 milhões por mês, o que representa

apenas 0,08% do total da arrecadação federal.

Por outro lado, reduziu a arrecadação de ICMS dos estados em R$ 258 milhões mensais. Em termos líquidos, a diferença a mais é de apenas R$ 7 milhões.

A LCA lembra que a popularização do ecommerce é um processo generalizado , que mexeu com a tributação mundo afora. Normalmente, os países optaram por fazer um mix, equilibrando imposto de consumo e imposto de importação. A União Europeia, por exemplo, passou a cobrar imposto de consumo para remessas internacionais de baixo valor, mas não aplicou imposto de importação.

Segundo a Global Express Association, que representa as principais empresas de entrega expressa internacional, mais de 90 países têm regras para isentar imposto de importação das remessas de baixo valor.

Na América Latina, o Brasil adotou os 20% de imposto de importação e manteve o imposto de consumo entre 17% e 20%, somando praticamente 40% e destoando dos vizinhos. Muitos aplicam alíquota zero de imposto de importação, e diferentes alíquotas para o imposto de consumo: Argentina, 21%, Chile, 19%. Enquanto o Peru tem tudo zerado.

Diante desses dados, a LCA defende que seria mais adequado decretar o fim da taxa das blusinhas e manter apenas o ICMS ou o futuro IVA previsto na **reforma tributária**. Segundo a consultoria, a revisão alinharia o Brasil com as economias mais organizadas, simplificando a cobrança do comércio eletrônico sem punir o consumidor de baixa renda.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Taxa das blusinhas não gera emprego, onera pobres e reduz arrecadação de estados, diz estudo da LCA

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/taxa-das-blusinhas-nao-gera-emprego-onera-pobres-e-reduz-arrecadacao-de-estados-diz-estudo-da-lca.shtml

O planejamento patrimonial e o perigo da fake news tributária

No rastro da **reforma tributária** , a cena jurídico-empresarial brasileira tem sido inflamada nos últimos meses por artigos e entrevistas, dando o tom acerca de uma premente necessidade de estruturação patrimonial de pessoas físicas por meio das chamadas holdings familiares.

A bem da verdade, esse tema está longe de ser inédito no debate nacional. O que ocorre é que os velhos planejamentos patrimoniais estão sendo agora turbinados pelos ventos das alterações legais recentemente implementadas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional 132, bem como por aquelas que ainda estão por vir, por meio do PLP 108 , especialmente em relação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

São muitas orientações, algumas em tom quase de alarde, exortando as pessoas com algum patrimônio a se mobilizarem o mais rapidamente possível, através da criação de holdings, que nada mais são do que pessoas jurídicas com controle ou participação sobre outras, objetivando pagar menos tributo a partir das potencialmente vindouras regras do PLP 108.

Todavia, há que se ter muita prudência na tomada de decisão, de modo a se avaliar o efetivo custo e eventual benefício decorrente da adoção de procedimentos legais para criação de estrutura patrimonial. Definitivamente, essa é uma operação que interessa apenas a grupos muito seletos da sociedade, com patrimônio diversificado, necessidade sucessória clara e governança minimamente estruturada. Em muitos casos, o gasto de constituição e de manutenção supera os ganhos potenciais.

É fundamental que a pessoa interessada pondere todas as razões que a motive à adoção de tal expediente e as contraponha com aquilo que a legislação de fato prevê, bem como com aquilo que o Fisco ou a jurisprudência podem vir a enxergar dentro de um espectro reiterado de posicionamentos já emitidos.

Não é tarefa demasiadamente complexa para um profissional capacitado e, sobretudo, bem intencionado, orientar seu cliente sobre os riscos e ganhos advindos de um planejamento patrimonial.

Já há algum tempo que as Fazendas estaduais e municipais possuem normas e posicionamento jurisprudencial no encontro dos temas que, atualmente, são propalados como grandes mudanças no ordenamento. Exemplos disso são o valor de mercado já atribuído às quotas de sociedade e ao bem imóvel integralizado em uma pessoa jurídica; a atenção com a atividade preponderante da sociedade alvo da operação, na hipótese de não incidência constitucional do ITBI, assim como a forma com que determinado imóvel pertencente à sociedade é utilizado pelo respectivo sócio, para fins de incidência ou não do imposto de renda.

O que não dizer do muito falado aumento da carga do ITCMD. Vige na regra atual o limite percentual máximo de 8% (Resolução do Senado 9/1992). Não há notícia de que o PLP 108 aumentará essa carga. O que há efetivamente no projeto é o estabelecimento de critérios de progressividade das alíquotas, respeitado o teto de 8%.

Para diversos Estados da Federação, nenhuma novidade, eis que já adotam em sua legislação essa mecânica de tributação, inclusive, utilizando o limite de 8% hoje permitido. O Estado de São Paulo, em sentido beneficamente diverso, está discutindo em sua Assembleia Legislativa o PL 409/25, o qual mantém a carga limite em seu território no patamar de 4%. Não haveria, por tais motivos, qualquer razão para açodamentos na adoção de um plano de estruturação patrimonial.

Outro ponto pouco explorado é a padronização de competências e conceitos. O Supremo Tribunal Federal (STF) já assentou a necessidade de lei complementar para heranças e doações com elementos no exterior, o que invalidou cobranças unilaterais dos estados nesses casos. O PLP 108 busca organizar regras gerais do ITCMD e harmonizar critérios entre entes federativos. Enquanto a lei complementar não estiver aprovada, valem as amarras atuais. Não é correto sugerir que haverá aumento automático e generalizado de carga antes dessa etapa.

Evidentemente, como foi ressaltado mais acima, não se trata de condenar o planejamento patrimonial em si, o que seria um total desatino. É, na verdade, uma provocação à pessoa interessada neste expediente para que demande do profissional que a esteja

orientando sobre as efetivas vantagens e riscos na estruturação desse negócio, sobretudo ponderando em maior medida os custos de tal operação.

Não é desejável que um planejamento legal concebido para trazer conforto e satisfação ao interessado descambe em um resultado prático redundante, do ponto de vista fiscal, ou, pior, que possa produzir contencioso e despesa mais elevada do que a preservação da situação jurídico-patrimonial anterior.

A **reforma tributária** pede atenção e serenidade, não pressa. Quem privilegia avaliação técnica consistente, em vez de reações imediatistas, evita cair em fake news tributária e melhora sua posição em eventual diálogo com o fisco no futuro. Planejar é saudável quando resolve um problema real e entrega segurança.

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP
O planejamento patrimonial e o perigo da fake news tributária

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/10/o-planejamento-patrimonial-e-o-perigo-da-fake-news-tributaria.shtml

O que são data centers, assunto que pode entrar na negociação entre Brasil e EUA

A negociação pelo fim da tarifa de 50% imposta ao Brasil pelos Estados Unidos teve mais um capítulo com a reunião entre o presidente Lula e o presidente norte-americano, Donald Trump, no último domingo, na Malásia. Os dois garantiram que as conversas vão continuar pelos próximos dias.

Um dos tópicos que pode entrar nessa negociação é o Redata , um regime diferenciado de tributação para data centers. O regime foi criado por meio de uma Medida Provisória, que ainda precisa ser votada no Congresso Nacional.

De acordo com o texto, as empresas que se beneficiarem terãoque alocar 2% de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento nas cadeias produtivas digitais no Brasil.

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin , disse, nessa segunda-feira (27), que é importante que a medida seja aprovada no Congresso, já que há um potencial grande de investimento no Brasil nessa área. "Muitos países têm problema em receber data center por falta de energia. O Brasil tem energia em abundância e renovável. Esses são investimentos voluptuosos. Então, muita oportunidade de investimento", destacou.

Mas, afinal, o que são data centers?

Data centers (centro de dados, em tradução livre) são locais onde ficam armazenados ou são processados grandes volumes de dados. Normalmente são usados para computação em nuvem, inteligência artificial e internet das coisas, como serviços bancários e ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT. O grande problema dessas estruturas é a necessidade de muita energia para que elas operem e sejam refrigeradas, a fim de evitar o superaquecimento.

De acordo com o governo brasileiro, hoje cerca de 60% dos dados do país são processados fora do Brasil. A ideia do Redata é diminuir essa dependência estrangeira e aumentar os investimentos na economia digital do país.

Para isso, o governo prevê a isenção de PIS/Pasep, Cofins e IPI na aquisição de equipamentos, importados ou produzidos no Brasil, destinados à implantação, ampliação e manutenção de data centers. Também fica estabelecida a exigência de uso de energia 100% renovável ou limpa com zero emissão de carbono.

Como contrapartida, a MP obriga empresas beneficiadas a aplicar 2% de seus investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento no país. Além disso, ao menos 10% dos serviços deverão ser reservados ao mercado interno.

O governo reservou R$ 5,2 bilhões para o Redata no Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) 2026. A partir de 2027, o programa contará também com os benefícios da **Reforma Tributária**.

Os Estados Unidos, hoje, concentram a grande maioria dos data centers do mundo. Ao todo, são 4.130, de acordo com levantamento do Data Center Map. O Brasil, por outro lado, tem 195. A expectativa de Alckmin é de que, com os benefícios fiscais, o mercado brasileiro fique mais competitivo para que as grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos invistam aqui.

"Há uma expectativa de que o Brasil possa atrair R$ 2 trilhões de investimentos, ao longo de 10 anos, gerando aqui inovação, fortalecendo inteligência artificial, melhorando a produtividade, gerando emprego e renda. Um grande dia", disse Alckmin no lançamento da MP.

Negociações com os EUA

No domingo, no encontro com Trump, Lula disse que as negociações devem continuar. Ele afirmou que o Brasil pretende enviar uma "equipe de alto nível" para conduzir as tratativas entre os dois países.

Segundo o petista, o grupo será formado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin.

Site: https://noticias.r7.com/brasilia/o-que-sao-data-centers-assunto-que-pode-entrar-na-negociacao-entre-brasil-e-eua-28102025/

Pejotização acelerada no mercado de trabalho afeta Previdência Social (mercado de trabalho)

Cristiane Gercina

A pejotização acelerada do mercado de trabalho traz prejuízos à **Previdência Social** , por causa do baixo percentual de contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e consequente aumento do déficit nas contas públicas . No modelo, contratos de PJ (pessoa jurídica) substituem vínculos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Estudo dos pesquisadores Janaína Feijó e Paulo Peruchetti, do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), mostra que apenas 34,4% dos trabalhadores PJ no país pagam contribuições previdenciárias. "É um percentual muito baixo, considerando que cada trabalhador deveria financiar sua própria aposentadoria", afirma Janaína.

A situação é ainda mais crítica entre os autônomos informais , em geral com menor renda e escolaridade. Só 18,8% contribuem. Entre os autônomos com CNPJ, grupo de maior escolaridade e rendimentos, o índice sobe para 77%.

Em dez anos, o número de trabalhadores por conta própria aumentou 16% e já representa um quarto da população ocupada. Entre eles, os autônomos com CNPJ avançaram 61%, passando de 4,3 milhões, em 2016, para quase 7 milhões em 2025, saltando de 4,8% para 6,8% da força de trabalho.

Segundo Janaína, o movimento reflete mudanças estruturais no mercado de trabalho, com busca por mais flexibilidade, e foi acelerado pela pandemia. "O contexto macroeconômico é importante. Temos um mercado com perfis de trabalho diferentes do que tínhamos há dez anos. A pandemia acelerou as mudanças, e também existe alteração na mentalidade do que deve ser o trabalho ideal."

Ela alerta, porém, que a aparente liberdade pode se tornar um problema no futuro. Sem contribuir com o **INSS**, esses profissionais ficam sem acesso a benefícios como aposentadoria , pensão e auxílio-doença.

As contribuições à Previdência também acompanham o nível de renda. Em média, quem contribui ganha mais. Entre os autônomos com CNPJ, a renda média é de R$ 5.179, enquanto os informais que não conseguem contribuir recebem, em média, R$ 1.901.

"Há uma clara correlação entre escolaridade, renda e contribuição. Quanto mais escolarizada é a pessoa, maior o entendimento sobre a importância de contribuir", afirma a pesquisadora.

Para Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados na área de Previdência, a expansão da pejotização tem duas origens principais: a transformação do mercado com a economia digital, chamada de economia 4.0, e incentivos tributários distorcidos, que levam empresas e trabalhadores a adotar o modelo para pagar contribuições menores à Previdência.

Segundo Rolim, há dois perfis de trabalhadores pejotizados, todos com incentivo fiscal. Os profissionais de renda média e alta, como engenheiros, arquitetos e consultores, que abrem empresas no Simples Nacional e passam a contribuir no teto previdenciário, porém com uma alíquota menor do que a dos empregados formais, os MEIs (Microempreendedores Individuais), que pagam 5% sobre o salário mínimo.

"É um subsídio que não faz sentido. Uma coisa é subsidiar o pipoqueiro, outra é subsidiar o CEO", afirma.

Outro fenômeno marcante, segundo o estudo, é o crescimento dos trabalhadores por aplicativo, que passaram de 770 mil em 2015 para 2,1 milhões no segundo trimestre de 2025, o equivalente a 2,1% do total de ocupados. Mais de 70% atuam no transporte de passageiros, representando 1,6% da população ocupada.

Apesar do crescimento, a participação relativa no total do emprego ainda é pequena e o pagamento da contribuição previdenciária é baixo. O percentual dos que contribuem caiu de 35%, em 2016, para 25%, em 2022, subindo para 27,8% em 2025.

Os entregadores têm maior taxa de contribuição, de 34,4%, enquanto os motoristas que contribuem são 25,6%. Janaína afirma que a taxa de contribuição é maior entre os motociclistas porque, em geral, as empresas de delivery e motoentrega exigem um vínculo CNPJ para que possam atuar nas plataformas. E muitos deles optam pelo MEI.

Quando o MEI foi criado, no final de 2008, o objetivo era trazer para a formalidade trabalhadores de baixa renda que não tinham nenhum tipo de proteção social e não podiam arcar com os custos da abertura de uma empresa.

Em 2009, eram 44 mil. Neste ano, já representam mais da metade das empresas no país, somando 14,8 milhões, segundo dados do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa). O programa sempre foi subsidiado, mas antes, a alíquota era maior, de 11%. Em 2011, caiu para 5%.

Estudo do economista Rogério Nagamine, publicado no Observatório de Política Fiscal do Ibre, mostra a pressão do MEI na Previdência. A arrecadação com base no salário mínimo de 2025 somaria R$ 126,2 bilhões, os gastos com benefícios ficariam R$ 2,020 trilhões, provocando um déficit de R$ 1,894 trilhão no longo prazo.

Janaína e Rolim acreditam que talvez seja o momento de se discutir mudanças no modelo, com diferenciação de alíquotas dentro da própria modalidade. O Congresso, no entanto, debate projeto que pode aumentar o valor anual que garante a um empreendedor ser MEI, hoje em R$ 81 mil.

Rolim defende alíquotas de 5% a 11%, dependendo da renda do trabalhador. Dessa forma, seria possível elevar o limite anual.

O STF (Supremo Tribunal Federal) vai decidir sobre a validade dos contratos de PJ no país. Os ministros devem dizer se a pejotização é legal, se a Justiça do Trabalho é foro para julgar esse tipo de ação e quem é responsável pela prova de que houve ou não fraude trabalhista.

Uma audiência pública sobre pejotização com a participação de 48 instituições foi realizada na corte no início de outubro, organizada pelo ministro Gilmar Mendes, relator da ação sobre o tema. Para ele, a lei não pode deter o curso da história.

"A complexidade do tema exige uma compreensão de como a inovação pode ser incorporada sem retrocessos, mas também sem a ilusão de que a legislação possa deter o curso da história ou preservar relações que, na prática, já se reconfiguraram", disse.

Uma eventual pejotização irrestrita, em um ambiente em que todos os contratos pela CLT fossem substituídos por modelos PJ, poderia reduzir o ritmo de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em cerca de 30% em 20 anos, na estimativa dos pesquisadores Arthur Welle, Gabriel Petrinie e Marcelo Manzano, do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho), da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Para os autores, a pejotização total agiria como um "efeito bumerangue". Haveria um ganho imediato para empresas e para alguns trabalhadores (com um salário nominal inicial mais alto), que se reverteria no médio e longo prazos, quando se considera a economia como um todo, com consequências para a arrecadação previdenciária.

"Aquilo que, a princípio, pode parecer de forma mais imediata para o empresário um benefício, uma redução de custo, quando você coloca no sistema de forma macroeconômica, vai piorar as condições de rentabilidade das próprias empresas [no futuro]", diz Manzano.

Isso ocorreria porque, sem direitos como 13º, FGTS, piso salarial por categoria e outros benefícios, haveria menos dinheiro sendo injetado na economia.

Colaborou Alessandro da Conceição

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/pejotizacao-acelerada-no-mercado-de-trabalho-afeta-previdencia-social.shtml